



# Diário Oficial do **E X E C U T I V O**

## Prefeitura Municipal de Sapeaçu - BA

Terça-feira • 06 de junho de 2017 • Ano I • Edição Nº 51

### SUMÁRIO



QR CODE

<b>GABINETE DO PREFEITO</b> .....	2
<b>ATOS OFICIAIS</b> .....	2
<b>LEI (Nº 593/2017)</b> .....	2

NOTA: As matérias que possuem um asterisco (\*) em sua descrição, indicam REPUBLICAÇÃO.

**CONFIABILIDADE**

**PONTUALIDADE**

**CREDIBILIDADE**



**IMPrensa  
OFICIAL**  
MAIS TRANSPARÊNCIA PARA TODOS

**GESTOR: GEORGE VIEIRA GÓIS**

<http://sapeacu.ba.gov.br/>

**ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO**

**CATEGORIA: ATOS OFICIAIS**

**LEI (Nº 593/2017)**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

LEI Nº 593, de 05 de junho de 2017

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2018 e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAPEAÇU, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 159, §2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Sapeaçu para o exercício de 2018, compreendendo:

- I. as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. a estrutura e organização dos orçamentos;
- III. as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV. as disposições das alterações na legislação tributária;
- V. as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI. as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VII. as disposições gerais.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º A programação das ações e metas administrativas prioritárias para o exercício financeiro de 2018 estão especificadas no Anexo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

I desta lei.

Parágrafo Único Na elaboração e durante a execução do orçamento do exercício financeiro de 2018, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas no anexo de que trata o caput, aumentando e ou diminuindo, incluindo e ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 3º No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2018 à Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

I. valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;

II. austeridade na utilização dos recursos públicos;

III. fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas, infraestrutura, desenvolvimento econômico, meio ambiente e regularização fundiária;

IV. empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais;

V. priorização para os projetos de educação, proteção para criança e adolescente, saúde e saneamento básico;

VI. preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;

VII. obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da cobrança dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança desses tributos e da Dívida Ativa.

VIII. modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas de governo, bem como a iniciativa privada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

Art. 4º As prioridades e metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício financeiro de 2018, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

**CAPÍTULO II**  
**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I. função, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II. subfunção, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III. programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV. atividade, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V. projeto, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI. operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII. categoria de programação, a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII. órgão, secretaria ou entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX. transposição, o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

X. remanejamento, a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI. transferência, o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII. reserva de contingência, a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive abertura de créditos adicionais;

XIII. passivos contingentes, questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV. créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV. crédito adicional suplementar, as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI. crédito adicional especial, as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII. crédito adicional extraordinário, as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII. unidade orçamentária consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

XIX. unidade gestora, Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX. Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária, gerência e controle;

XXI. alteração do Detalhamento da Despesa, a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade;

XXII. descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII. provisão, ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV. descentralização interna é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão, secretaria ou órgão diretamente subordinado o Prefeito ou ao Presidente da Câmara, ou de uma mesma entidade, autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente;

XXV. descentralização externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades;

XXVI. concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

financeiros;

XXVII. conveniente, o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;

XXVIII. execução física, a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

Art. 6º A Lei Orçamentária discriminará a despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão, unidade orçamentária, funções e subfunções de governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por categorias econômicas, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 7º Na execução orçamentária a classificação da despesa, segundo sua natureza, observará a estrutura constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

§ 1º As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa com iguais características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

- I. Pessoal e Encargos Sociais - 1;
- II. Juros e Encargos da Dívida - 2;
- III. Outras Despesas Correntes - 3;
- IV. Investimentos - 4;
- V. Inversões Financeiras - 5;
- VI. Amortização da Dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista nesta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza da despesa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

§ 4º A modalidade de aplicação constitui-se em informação gerencial com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal ou, mediante transferência, por instituições privadas sem fins lucrativos ou por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

§ 5º A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações.

§ 6º As modalidades de aplicação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

§ 7º O elemento de despesa tem por finalidade identificar o objeto do gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.

§ 8º Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, inclusive apuração de custos, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.

§ 9º As fontes de recursos de que trata o caput, serão apresentadas em conformidade com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e Resolução TCM- BA nº 1.268/08, e alterações, a seguir discriminadas:

- 00 - Recursos Ordinários
- 01 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação - 25%
- 02 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde - 15%
- 04 - Contribuição ao Programa Ensino Fundamental - Salário Educação
- 10 - FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia
- 14 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
- 15 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
- 16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
- 18 - Transferências FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
- 19 - Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica)
- 22 - Transferências de Convênios - Educação
- 23 - Transferências de Convênios - Saúde
- 24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

- 29 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
- 30 - Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social - FIES
- 42 - Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
- 50 - Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta
- 90 - Operações de Crédito Internas
- 91 - Operações de Crédito Externas
- 92 - Alienação de Bens
- 94 - Remuneração de Depósitos Bancários

Art. 8º A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, além da mensagem e do respectivo texto do projeto de lei, será composta de:

- I. quadros orçamentários consolidados;
- II. anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III. demonstrativos e informações complementares.

§ 1º O anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social será composto de quadros ou demonstrativos, com dados consolidados e isolados, inclusive dos referenciados no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as alterações posteriores, conforme a seguir discriminados:

I. - a receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo 01 definido pela Lei nº 4.320/64;

II. - a receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo 02 definido pela Lei Federal nº 4.320/64;

III. - da despesa, segundo as classificações institucional, funcional, por programa e por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, que demonstra o Programa de Trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

§ 2º Os demonstrativos e as informações complementares referidas no inciso III, do caput deste artigo compreenderão os seguintes quadros:

I. demonstrativo da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 14/96 e nº 53/06;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

II. demonstrativo da programação referente ações e serviços públicos de saúde, evidenciando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e Lei Complementar nº 141/2012;

III. demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

IV. as tabelas explicativas de que trata o artigo 22, inciso III, da Lei 4.320/64.

Art. 9º A receita será detalhada, na proposta e na Lei Orçamentária Anual, por sua natureza e origens, conforme classificação estabelecida nos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normas complementares pertinentes.

Art. 10. A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I. dos tributos de sua competência;

II. das transferências constitucionais;

III. das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV. dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V. das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VI. da cobrança da dívida ativa;

VII. das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII. dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX. dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

X. de outras rendas.

Art. 11. Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

Art. 12. O Orçamento Analítico, também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, que contém a discriminação, por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser alterado durante o exercício, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita por fonte de recursos.

Art. 13. A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas pelos seus valores brutos, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º Os Fundos e Entidades Municipais legalmente constituídos, integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Os créditos Orçamentários consignados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos.

§ 1º A descentralização será processada mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma definida nesta Lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

trabalho do órgão e unidade de origem.

§ 2º As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 3º Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 4º O Órgão ou unidade orçamentária e gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 5º A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I. descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II. descentralização de crédito externo é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 6º A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

CAPÍTULO III  
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E  
SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I  
DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 15. Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício financeiro de 2018, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais estabelecidas nesta Lei.

Art. 16. A proposta orçamentária terá seus valores a preços vigentes no mês de julho de 2017.

Art. 17. A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo órgão competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18. A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas e a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 19. Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirá novos projetos se:

- I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II. houver viabilidade técnica e econômica;
- III. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa;
- IV. ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.

Art. 20. As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

estabelecidas, bem como as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Art. 21. Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa e observadas às vedações e restrições previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 22. O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 15 de agosto de 2018, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de consolidação com a proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I. - o estabelecido na Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 58/2009;

II. - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais estabelecidos na legislação vigente, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no inciso II, § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 23. O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2017, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2018 conforme determina o art. 100 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I. número e data do ajuizamento da ação originária; II - número e tipo do precatório;
- II. tipo da causa julgada;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

- III. data da autuação do precatório;
- IV. nome do beneficiário;
- V. valor a ser pago; e,
- VI. data do trânsito em julgado.

Art. 24. Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação desde que envolvam situações claras de atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o estabelecido no art. 51 desta Lei.

Art. 25. É autorizada a inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e que preencha uma das seguintes condições:

- I. sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e outras áreas de interesse público;
- II. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;
- III. sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;
- IV. sejam qualificadas como organizações sociais.

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos de subvenções e auxílios, submeter-se-ão a fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar a correta aplicação dos recursos bem como o cumprimento das metas e objetivos acordados.

§ 2º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 26. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

101, de 04 de maio de 2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 27. A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada "Reserva de Contingência", em montante não superior a 1,5% (um e meio por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2018, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

Art. 28. O Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para exercício financeiro de 2018, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

§ 1º Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I. mediante audiências públicas, realizadas na Sede e nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II. pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício;

III. por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social;

§ 2º Nas audiências públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

Art. 29. Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

Diretrizes Orçamentárias;

II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

III. dotações para pessoal e seus encargos; e

IV. serviço da dívida.

V. sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária.

II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada detalhadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 30. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos adicionais suplementares ou especiais.

Parágrafo Único No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Art. 31. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 32. Sancionada ou promulgada a Lei Orçamentária,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, e Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 2º Os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs deverão discriminar, os projetos e atividades, consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos;

§ 3º Os QDDs serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, por ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

**SEÇÃO II**  
**DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 33. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e das Emendas Constitucionais nº 14/96 e 53/06.

Art. 34. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculadas as funções de previdência, assistência social e saúde.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento da



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000 e Lei Complementar nº 141/2012.

Art. 35. Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I. recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado e da União decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivo a assistência e previdência social;

II. - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

SEÇÃO III  
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
E FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO

Art. 36. Com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas nos anexos desta Lei, os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando os limites por unidade orçamentária, detalhado no mínimo nos seguintes agrupamentos: Grupo de Natureza da Despesa e Fontes de Recursos.

§ 1º O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica e fontes.

§ 2º O Poder Legislativo, quando verificado pelo Poder Executivo que a realização da receita está aquém do previsto, também promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37. Ocorrendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos anexos que integram esta Lei, adotar-se-á os seguintes procedimentos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

I. definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2018, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II. o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III. Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no caput deste artigo;

IV. a limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;
- c) outras despesas correntes.

§ 1º Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 2º Caso ocorra a recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

§ 3º Se o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

CAPÍTULO IV  
DAS DISPOSIÇÕES DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. Projetos de Lei poderão ser elaborados no sentido de rever e atualizar a legislação tributária, e também visando modernizar a administração das finanças do Município e incrementar a arrecadação municipal.

Art. 39. O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, da constante atualização do cadastro dos contribuintes e a execução permanente de programas de fiscalização.

CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40. Das propostas orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo constarão quadros demonstrativos do número de servidores bem como das respectivas despesas globais.

Art. 41. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de julho de 2018, projetadas para o exercício de 2018, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42. As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão de obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§ 1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:

- I. sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II. não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão de obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividade-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

Art. 43. O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, realizar concurso público, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 44. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

Art. 45. A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 46. Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como despesa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 47. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 48. Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais definidos pelo Governo Federal.

Art. 49. Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas:

- I. ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II. a possibilitar o assessoramento técnico ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;
- III. a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e ou União;
- IV. a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;
- V. ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

Art. 50. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual e desta Lei serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como das transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**13.696.257/0001-71**

Art. 51. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante será executada até a edição da respectiva Lei Orçamentária, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 53. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de junho de 2017.

GEORGE VIEIRA GOIS  
Prefeito





**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**

**PRAÇA DA MATRIZ**

**SAPEAÇU -BA**

**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I  
METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
AMPLIAÇÃO, REFORMA E REEQUIPAMENTO DO PREDIO DO LEGISLATIVO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAUDE		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
LOTEAMENTOS, CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CASAS POPULARES		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REEQUIPAMENTO DE CRECHES		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REEQUIPAMENTO DE CENTROS COMUNITARIOS E ALBERGUES		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**  
**PRAÇA DA MATRIZ**  
**SAPEAÇU -BA**  
**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
PLANEJAMENTO URBANO, EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E DESAPROPRIAÇÕES		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REEQUIPAMENTO DE PRAÇAS ESPORTIVAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
IMPLANTACAO E MANUTENÇÃO DE ACUDES E REPRESAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PLENARIO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**

**PRAÇA DA MATRIZ**

**SAPEAÇU -BA**

**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I  
METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
PRECATÓRIOS JUDICIAIS E INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**  
**PRAÇA DA MATRIZ**  
**SAPEAÇU - BA**  
**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCACAO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA EDUCACAO BÁSICA - FUNDEB 40%		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 60%		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**  
**PRAÇA DA MATRIZ**  
**SAPEAÇU -BA**  
**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DO FNDE		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DAS UNIDADES DE SAUDE		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA ATENCAO BÁSICA DE SAÚDE		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**  
**PRAÇA DA MATRIZ**  
**SAPEAÇU - BA**  
**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DO FNAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**

**PRAÇA DA MATRIZ**

**SAPEAÇU -BA**

**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO FIES		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO FMDCA		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
CONSERVAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
IMPLANTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**

**PRAÇA DA MATRIZ**

**SAPEAÇU -BA**

**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
IMPLANTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE REDES DE ENERGIA ELETRICA		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
IMPLANTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO FIES		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS ROYALTIES / FEP / CFEM		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA CIDE		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
IMPLANTAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS, CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade





**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**

**PRAÇA DA MATRIZ**

**SAPEAÇU -BA**

**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
PRESERVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES, CULTURAIS E CÍVICAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
INCENTIVO A PRÁTICA DESPORTIVA E RECREATIVA		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E LAZER		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE ABASTECIMENTO E MATADOUROS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**  
**PRAÇA DA MATRIZ**  
**SAPEAÇU -BA**  
**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
IMPLANTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
CONTROLE AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Projeto
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA COORDENAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL - CODEC		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DESAPEAÇU**  
**PRAÇA DA MATRIZ**  
**SAPEAÇU -BA**  
**CNPJ: 13.696.257/0001-71**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 - Anexo I**  
**METAS E PRIORIDADES ADMINISTRATIVAS**

<b>METAS E PRIORIDADES</b>	<b>FONTE</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DALDO</b>	<b>TIPO</b>
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA CAPASERVIS - RPPS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO SUPERIOR		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
RESERVA DO RPPS		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		Artigo 165, § 2º da Const.Federal	Atividade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2018**

ARF(LRF, art 4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	52.499.999,99	49.810.246,67	3.281.249.999,370	55.125.000,00	52.500.000,00	756.250.000,000	45.936.842,19	43.958.700,66	0,020
Receitas Primárias (I)	51.816.642,45	49.161.899,86	3.238.540.153,120	54.407.474,57	51.816.642,45	720.373.728,500	44.768.783,36	42.840.941,01	0,020
Despesa Total	52.501.680,00	49.811.840,61	3.281.355.000,000	55.126.764,00	52.501.680,00	756.338.200,000	54.950.411,03	52.584.125,38	0,020
Despesas Primárias (II)	51.706.722,53	49.057.611,51	3.231.670.158,280	54.292.058,66	51.706.722,53	714.602.932,960	54.767.592,38	52.409.179,31	0,020
Resultado Primário (III) = (I- II)	109.919,92	104.288,35	6.869.995,120	115.415,92	109.919,92	5.770.795,900	(9.998.809,02)	(9.568.238,29)	0,000
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	

FONTE:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - BA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2018**

AMF - Demonstrativo III(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	15.635.613,39	48.000.000,00	206,99	50.000.000,00	4,17	52.499.999,99	5,00	55.125.000,00	5,00	45.936.842,19	10,90
Receitas Primárias (I)	15.597.767,01	47.373.767,01	203,72	49.349.183,29	4,17	51.816.642,45	5,00	54.407.474,57	5,00	44.768.783,36	10,90
Despesa Total	17.066.314,21	48.000.000,00	181,26	50.001.600,00	4,17	52.501.680,00	5,00	55.126.764,00	5,00	54.950.411,03	10,90
Despesas Primárias (II)	16.892.744,35	47.273.205,00	179,84	49.244.497,65	4,17	51.706.722,53	5,00	54.292.058,66	5,00	54.767.592,38	10,90
Resultado Primário (III) = (I-II)	(1.294.977,34)	100.495,00	(107,76)	104.685,64	4,17	109.919,92	5,00	115.415,91	5,00	(9.998.809,01)	10,90
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	13.277.079,95	38.092.993,85	186,91	47.169.811,32	23,83	49.810.246,67	5,60	52.500.000,00	9,90	43.958.700,66	10,90
Receitas Primárias (I)	13.244.942,45	37.595.959,64	183,85	46.555.833,29	23,83	49.161.899,86	5,60	51.816.642,45	9,90	42.840.941,01	10,90
Despesa Total	14.491.968,59	38.092.993,85	162,86	47.171.320,75	23,83	49.811.840,61	5,60	52.501.680,00	9,90	52.584.125,39	10,90
Despesas Primárias (II)	14.344.580,65	37.516.206,40	161,54	46.457.073,25	23,83	49.057.611,51	5,60	51.706.722,53	9,90	52.409.179,31	10,90
Resultado Primário (III) = (I-II)	(1.099.638,19)	79.753,24	(107,25)	98.760,04	23,83	104.288,35	5,60	109.919,91	9,90	(9.568.238,29)	10,90
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - BA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2018**

ARF(LRF, art 4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016		Metas Realizadas em 2016		Variação	
	(a)	% PIB	(b)	% PIB	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	47.373.700,00	0,02	49.505.590,00	0,00	(2.131.890,00)	(6,93)
Receitas Primárias (I)	45.501.800,00	0,02	49.505.590,00	0,00	(4.033.790,00)	(7,47)
Despesa Total	49.732.156,00	0,02	32.433.031,00	0,00	17.299.125,00	(31,45)
Despesas Primárias (II)	42.425.044,00	0,02	31.755.485,00	0,00	10.669.559,00	(30,87)
Resultado Primário (III) = (I-II)	7.307.112,00	0,00	17.750.105,00	0,00	(10.442.993,00)	(31,87)
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - BA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2018**

AMF - Demonstrativo IV(LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDADO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	4.371.989,89	0,00	2.435.758,36,	100,00	(406.957,16)	100,00
TOTAL	4.371.989,89	100,00	2.435.758,36	0,00	(406.957,16)	0,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDADO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - BA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2018**

ARF(LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento do salário mínimo que posso gerar impacto nas despesas com pessoal	250.000,00	Abertura de Crédito adicional a partir da reserva de contingência	250.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>250.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>250.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>SUBTOTAL</b>		<b>SUBTOTAL</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>250.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>250.000,00</b>

FONTE:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - BA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2018

AMF – Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

<b>EVENTOS</b>	<b>Valor Previsto para</b>
Aumento Permanente da Receita	6.510.156,00
(-) Transferências Constitucionais	3.335.180,00
(-) Transferências ao FUNDEB	1.756.875,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.418.796,00
Redução Permanente de Despesa (II)	1.560.650,00
<b>Margem Bruta (III) = (I+II)</b>	<b>2.979.446,00</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>2.979.446,00</b>

FONTE:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - BA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2018

AMF - Tabela 8(LRF, art4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
NADA A DECLARAR						
TOTAL			0,00	0,00	0,00	-

FONTE: